

F U T U R O



E S G

PLANO ANUAL 2024
Documento de Referência
Programa Nacional
Governança Empreendedora

I N O V A Ç Ã O

D E S E N V O L V I M E N T O

1. Dados Básicos

Nome do Programa: Governança Empreendedora.

Unidade Coordenadora: Unidade de Políticas Públicas

Gestor: Pedro Pessoa

2. Objetivo do Programa:

Induzir o Estado para que seja agente empreendedor, estabelecendo uma governança com ação coordenada e colaborativa de longo prazo entre instituições públicas, privadas e sociais. Nesse papel, o Estado atuará como agente catalisador de medidas de melhoria do ambiente de negócios para a dinamização e desenvolvimento da economia local.

3. Vinculação com a Estratégia:

Missão:

- Governança e Estado Empreendedor por um ambiente de negócios atrativo.

Objetivos:

- Tornar o empreendedorismo prioridade em Políticas de Estado.
- Simplificar, desonerar e agilizar o dia a dia do empreendedor.

Metas Mobilizadoras: Não há.

4. Indicadores de Resultado do Programa:

- Protótipos de políticas públicas desenvolvidos em laboratórios (Sebrae com instituições públicas/privadas/sociais).

5. Público

Rede Sebrae – Prefeituras, Instituições de Ensino Públicas e Privadas, Parceiros Empresariais e Entidades de Classe, Agentes de Crédito e o Ecossistema de Inovação.

6. Descrição do Programa:

O Programa de Governança Empreendedora do SEBRAE busca enfrentar desafios cruciais para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil dada a importância de tornar o serviço público mais ágil e eficiente, a fim de proporcionar uma experiência descomplicada aos cidadãos e empresas que dele dependem. O desafio passa pela criação de estruturas e mecanismos que permitam transformar as diversas instâncias de governo em "parceiros do empreendedorismo", profissionalizando a gestão pública, promovendo as diferentes

políticas e iniciativas, desenvolvendo seus serviços e instrumentos, além de ampliar as possibilidades de inclusão produtiva.

Com a implantação de políticas públicas favoráveis ao empreendedorismo no setor público, o programa pode movimentar produtos/serviços inovadores, impulsionar intraempreendedores dentro das instituições e, assim, promover uma atuação do Estado que fortalece a atuação no ambiente de negócios.

O objetivo de inserir o empreendedorismo como agenda de Estado passa por dois desafios:

- 1) Conectar as políticas públicas, de qualquer formato, com os pequenos negócios, que podem ser público, setores atingidos, fornecedores de produtos/ inovação e/ou agentes diretos de qualquer iniciativa.
- 2) Promover o empreendedorismo para dentro das instituições, sensibilizando para as tendências globais da administração pública¹ e o potencial do Sebrae como parceiro na transformação destas organizações.

Superar esses desafios requer uma abordagem estratégica e sistêmica. É fundamental promover uma mudança cultural, estabelecer incentivos adequados, investir em capacitação, buscar parcerias com setores privados e organizações da sociedade civil, além de garantir o envolvimento e participação dos servidores públicos e da população como um todo no processo de transformação. Outro ponto crucial que tem na sua proposta de valor a transformação dessas políticas, como govtechs, EISA, lawtechs, healtechs, entre outras.

Categorização do Setor Público

Relacionamento, Inovação e Impacto são os pilares deste Programa que tem, como premissa, a pretensão de se tornar uma porta aberta para encontros e superação de obstáculos. Dessa forma, o Programa de Governança Empreendedora do SEBRAE é uma iniciativa estratégica e necessária para enfrentar os desafios atuais do ambiente governamental no Brasil.

Para estruturar essa estratégia, é proposta uma divisão das instituições públicas em seis categorias - gestão, segmentos sociais, produção, territoriais, serviços públicos e justiça - tem como objetivo proporcionar uma organização mais clara e eficiente das estruturas governamentais, facilitando a abordagem dos desafios específicos em cada área:

- **Gestão Pública:** Essa categoria refere-se às instituições públicas responsáveis por planejar, coordenar, monitorar e avaliar as políticas e ações governamentais em nível administrativo e estratégico. A separação dessa categoria permite uma focalização nos processos de tomada de decisão, na otimização dos recursos e no aprimoramento da eficiência do setor público como um todo.

- **Segmentos Sociais:** Cada segmento social tem demandas e necessidades específicas que requerem abordagens distintas. As instituições que se dedicam a

¹ De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), algumas das principais tendências de inovação no setor público incluem: Governo Aberto e Transparência; Transformação Digital; Participação Cidadã; Foco no Impacto e na Evidência; Colaboração e Parcerias; Serviços Personalizados; Desenvolvimento Sustentável e Co-criação e Co-produção. Essas tendências de inovação no setor público refletem uma mudança no paradigma de como o governo opera, buscando uma maior abertura, participação, eficiência e foco nos resultados e norteiam nossa atuação enquanto Sistema.

esse propósito são responsáveis por desenvolver políticas públicas voltadas para grupos específicos, como mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas, entre outros. A categorização possibilita o foco na inclusão social e na garantia de direitos para cada segmento.

- **Produção:** A categoria de produção abrange as instituições públicas relacionadas ao desenvolvimento econômico e industrial, à agricultura e a outras atividades produtivas. Isso permite a formulação de políticas específicas para impulsionar o crescimento econômico, a geração de empregos e a competitividade do país.

- **Infraestrutura:** Essas instituições são responsáveis por lidar com questões relativas ao desenvolvimento regional, ordenamento do território, transporte, energia, defesa, planejamento urbano, preservação ambiental e gestão dos recursos naturais. Essa divisão é relevante para tratar das especificidades e desafios de cada região, garantindo um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

- **Serviços Públicos:** Nessa categoria, encontram-se as instituições públicas que prestam serviços diretos à população, como saúde, educação, segurança pública, entre outros. A segmentação permite o foco nas particularidades de cada serviço, garantindo sua qualidade, eficiência e acessibilidade para todos os cidadãos.

- **Justiça:** As instituições da categoria de justiça englobam o Poder Judiciário e outras entidades relacionadas à aplicação das leis, garantindo a justiça, o acesso à justiça e o cumprimento das normas legais.

Em resumo, a divisão das instituições públicas em seis categorias é uma estratégia para aprimorar a gestão governamental, atender às necessidades específicas de diferentes setores da sociedade, impulsionar o desenvolvimento econômico, proteger o meio ambiente, melhorar a prestação de serviços públicos e garantir a justiça e a igualdade para todos. Essa abordagem permite uma melhor compreensão e atuação em cada área, otimizando os recursos e contribuindo para a construção de um Estado mais eficiente, inclusivo e equitativo.

Abaixo, segue o modelo base de operação do Programa. O aprofundamento dos conceitos, diretrizes, processos e ferramentas deste instrumento estarão descritos no documento Diretrizes de Atuação do Programa de Governança Empreendedora, a ser desenvolvido em conjunto com Sistema SEBRAE antes de início da sua operação em 2024.

Eixo	Categorias	Exemplos	Iniciativas	Gestor Nacional
Ambiente de Negócios	Produtivas	Indústria, Agricultura, Comércio, Turismo, Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Simplificação de processos • Linguagem Simples • [TI] Criar um sandbox regulatório para testes de políticas e regulamentação • [TI] Política Fiscal: incentivo a P&D, patentes e investidor anjo • [TI] Propor a estruturação de regime especial para empresários individuais. • [TI] Propor política de crédito, por meio de marco regulatório específico e discricionário. • [TI] Implementar processos de Advocacy. 	Em definição
Inclusão Produtiva	Segmentos Sociais	Desenvolvimento Social, Mulheres, Negro, Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Economia Comportamental • Estratégias de relacionamento • [TI] Políticas de incentivo ao empreendedorismo social e de impacto 	Ana Carolina dos Santos
Governo Digital	Gestão Pública	Gestão, Planejamento, Compras, Controle	<ul style="list-style-type: none"> • Design e Prototipagem de serviços • Inovação Aberta (Startups) • Dados Abertos: sobre e para empreendedores • [TI] Estímulo a criação de Laboratórios de Inovação em Políticas Públicas • [TI] Definição de critérios ESG nas compras públicas • [TI] Fomentar parcerias entre entidades públicas e privadas em prol dos Pequenos Negócios. 	Pedro Pessoa
Inteligência Territorial	Infraestrutura	Urbano, Energia, Transporte, Meio Ambiente, Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de inteligência Territorial • Promoção das políticas nacionais • Viabilização de iniciativas em aglomerações produtivas 	Em definição
Desjudicialização de Conflitos	Justiça	Justiça, Tribunais	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da cultura da mediação • Promoção do Direito do Consumidor 	Em definição
Qualificação dos serviços públicos	Serviços públicos	Educação, Saúde, Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Portfólio de qualificação • Simplificação dos processos • Inovação Regulatória 	Mateus Feitosa

F U T U R O

E S G



I N O V A Ç Ã O

D E S E N V O L V I M E N T O